

SÉRIE DIREITO FINANCEIRO

José Mauricio Conti
(Coordenador)

**REGRAS FISCAIS E O CONTROLE
QUANTITATIVO DA DÍVIDA
PÚBLICA FEDERAL NO ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

Regras fiscais e o controle quantitativo da dívida pública federal no Estado Democrático de Direito

© 2021 Rodrigo Medeiros de Lima
 Editora Edgard Blücher Ltda.

Diagramação Negrito Produção Editorial
Revisão Samira Panini
Capa Laércio Flenic Fernandes
Imagem de capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
 04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
 Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
 www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
 do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
 Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
 meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard
 Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Lima, Rodrigo Medeiros de
 Regras fiscais e o controle quantitativo da dívida pública federal
 no Estado Democrático de Direito / Rodrigo Medeiros de Lima. – São
 Paulo : Blucher, 2021
 310 p. (Série Direito Financeiro / coordenada por José Maurício
 Conti)

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-149-0 (impresso)
 ISBN 978-65-5550-150-6 (eletrônico)

Open Access

1. Direito financeiro 2. Dívida pública – Brasil 3. Economia --
 Brasil 4. Brasil -- Impostos. I. Título. II. Cassettari Junior, Ailton.

21-5382

CDD 343.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito financeiro – Brasil

SUMÁRIO

Introdução	15
1. O Estado Democrático de Direito e o Direito Financeiro	25
1.1 A ascensão do Estado de Direito liberal e a conformação da atividade financeira do Estado	25
1.2 Do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito	36
1.3 A necessária leitura constitucional do Direito Financeiro no Estado Democrático de Direito e a teoria da Constituição Financeira	47
2. Endividamento público e dívida pública	55
2.1 Conceitos de endividamento público, dívida pública e operação de crédito	55
2.2 A evolução do papel do endividamento público	61
2.3 As funções econômicas do endividamento público e aspectos jurídicos interseccionais	71
2.3.1 A intervenção financeira do Estado na economia e a dívida pública	75
2.3.1.1 A política fiscal	79
2.3.1.2 A política monetária	83
2.4 A questão do tamanho da dívida e o risco de <i>default</i>	89
3. Regras fiscais, regime jurídico fiscal e controle normativo da dívida pública	101
3.1 Regras fiscais e regime jurídico fiscal	101
3.2 A emergência das regras fiscais	104

3.3	A evolução da preocupação constitucional com a dívida pública federal e os pilares constitucionais do regime jurídico fiscal brasileiro	108
3.4	O regime jurídico fiscal brasileiro: breve panorama.....	115
4.	Apontamentos sobre o controle quantitativo da dívida pública federal	129
4.1	Regulamentação infraconstitucional, máxima efetividade constitucional e ponderação proporcional	129
4.2	A peculiaridade da dívida pública federal em vista do papel federativo da União	136
4.2.1	O limite de dívida federal e a normalidade da política monetária	146
4.3	O princípio democrático e a preservação de um espaço político-decisório democraticamente permeável.....	158
4.3.1	A efetiva participação do Poder Legislativo sob a Constituição Política brasileira.....	163
4.3.1.1	A participação do Poder Legislativo e a disciplina fiscal	165
4.3.2	O limite de dívida como efetivo parâmetro fiscal: necessária conciliação entre abertura democrática e balizamento normativo.....	168
4.4	Transparência e controle.....	171
4.4.1	A transparência fiscal e a Constituição Financeira.....	173
4.4.2	Os benefícios correlatos à transparência fiscal.....	174
4.4.3	O necessário controle politicamente independente	178
4.4.4	O controle repressivo-sancionatório das regras fiscais	184
4.5	Sustentabilidade e segurança jurídica.....	186
4.5.1	Dívida como parâmetro de sustentabilidade financeira.....	189
4.5.2	Segurança fiscal como ponto de intersecção entre os princípios da segurança e da sustentabilidade.....	191
4.5.2.1	Retrocesso social e segurança fiscal.....	192

4.5.3	Sustentabilidade financeira e equidade intergeracional.....	196
4.5.3.1	A regra de ouro e o endividamento público intergeracionalmente equitativo	199
4.5.4	Segurança jurídica e proteção do crédito público	204
4.5.5	A necessária integração do limite da dívida federal ao planejamento fiscal-orçamentário da União.....	206
4.5.6	A ausência de parâmetro fiscal de médio prazo como causa de disfuncionalidade do regime da LRF.....	210
4.5.7	O teto constitucional do gasto federal: características, fragilidades e mudanças decorrentes da EC 109/2021	212
4.5.8	Inciso VIII do art. 163 da Constituição, inserido pela EC 109/2021: bases para um novo regime jurídico fiscal?	221
4.5.9	Regras anticíclicas como mecanismo de segurança fiscal	222
4.5.9.1	Métrica de resultado primário ciclicamente ajustado ou estrutural	224
4.5.9.2	As experiências europeia e colombiana	230
4.5.10	Correção de desvios	235
4.5.11	Cláusulas de escape	241
4.5.12	Revisão periódica de gastos públicos (spending review)	251
4.6	Extrapolação do limite e o “estado de emergência econômico-financeira”	259
	Conclusão.....	275
	Referências.....	283